



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.^{mo} Senhor
Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de
Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA
Of. 3628
Ent. 7557

SUA COMUNICAÇÃO DE
07/12/2017

NOSSA REFERÊNCIA
P.º 2419/2015
N.º **1**

DATA
- 2 JAN. 2018

ASSUNTO: Pergunta n.º 460/XIII/3.ª, de 7 de dezembro de 2017 do Grupo Parlamentar do PS - Partido Socialista (Deputado Filipe Neto Brandão) - Condições do edifício do Tribunal de Arouca e falta de funcionários do Ministério Público.

Em referência ao ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.^a a resposta à Pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

EB/OC



NOTA

Assunto: Resposta à pergunta n.º 460/XIII, do Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), relativa às condições do edifício do Tribunal de Arouca e falta de funcionários do MP.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão colocou à Senhora Ministra da Justiça as seguintes questões relativas ao Juízo de Competência Genérica de Arouca:

1. *«Tem conhecimento da denunciada carência de funcionários nos serviços do Ministério Público de Arouca e, bem assim, quais as diligências que serão adotadas para a sua superação?»*
2. *«Tendo já sido reconhecida pelo Ministério da Justiça, a instâncias do signatário, a degradação do edifício ocupado pelo tribunal de Arouca, pergunta-se se está já prevista alguma empreitada para beneficiação daquele e, em caso afirmativo, qual a sua calendarização?»*

1. Os Serviços do Ministério Público de Arouca dispõem de um oficial de justiça (técnico de justiça-adjunto), de acordo com o mapa de pessoal fixado pela Portaria n.º 161/2014, de 21 de agosto, republicada pela Portaria n.º 93/2017, de 6 de março. Segundo informação obtida junto do Tribunal, o oficial de justiça ali colocado encontra-se em gozo de férias, pelo que, durante a sua ausência, o serviço será assegurado por outro oficial de justiça.
2. O Ministério da Justiça, através do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP, prevê desenvolver em 2018 um projeto para a realização de obras de conservação do Tribunal de Arouca que contemplará a reparação de paredes exteriores, intervenção na cobertura e reparação de áreas interiores (pavimentos, paredes e tetos) onde se verifique ser necessário.